

A Educação Inclusiva no Contexto da Rede Regular de Ensino

Adriana Aparecida Rocha de Lima¹
Juliana de Alcântara Silveira Rubio²

Resumo

Todos os alunos com necessidades educacionais especiais devem ser matriculados na rede regular de ensino. A escola deve se estruturar a fim de garantir o direito de todos à educação, garantindo não só o seu acesso, mas também sua permanência no sistema escolar, o que inclui os alunos com necessidades especiais. Para tanto, é necessário rever sua estrutura pedagógica, político-administrativa e técnico-científico, a fim de se amenizar a “exclusão” dos alunos da escola.

Palavras Chave: Educação inclusiva, rede regular de ensino.

1. Introdução

O presente trabalho abordará o processo do aluno, portador de necessidades especiais, no ensino regular, cujo enfoque legal e científico e as questões pertinentes quanto aos aspectos pedagógicos, políticos, humanos, técnicos e administrativos, estão centrando considerações sobre o papel dos profissionais da educação para a efetivação de uma educação inclusiva.

Há a apresentação de alguns aspectos da Declaração de Salamanca e o Programa de Educação para Todos. Depois, aborda as orientações apresentadas pela fundamentação legal, cujo documento encontra apoio legal na *Constituição da República Federativa do Brasil/1998*, especialmente no inciso IV do Art.º 208, no Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990 e, principalmente, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (L.D.B), promulgada pela Lei 9.394, de 20/12/96.

Em consonância com a fundamentação legal e as diretrizes gerais da educação, o atendimento educacional a alunos com necessidades educacionais especiais, guiam-se por alguns princípios.

Também retrata o que é a educação inclusiva, com questões pertinentes em relação aos portadores de necessidades especiais e seu ingresso na rede regular de ensino, definindo a escola como espaço democrático a fim de assegurar a Inclusão Escolar de todos os alunos.

¹ Aluna do curso de pós-graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional da FAC – São Roque

² Mestre em Educação pela UNESP. Professora Orientadora.
Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 5 – nº 1 - 2014

Faz também uma análise dos dois conceitos que permeiam a educação inclusiva: as diferenças entre o princípio da normalização e o processo da inclusão.

A educação inclusiva no contexto da rede regular de ensino refere-se aos pressupostos para favorecer a construção de uma escola inclusiva e uma breve abordagem a respeito da avaliação, o currículo e ensino. Também trata das questões relacionadas à adequação de ambientes para alunos com necessidades educacionais especiais.

As questões relacionadas serão abordadas a fim de contribuir para uma compreensão e reflexão a respeito da Educação Inclusiva e possibilitar o rompimento de muitos paradigmas que envolvem a Inclusão.

2. Inclusão: noções gerais e princípios legais

É evidente que as orientações que se apresentam sob o paradigma de inclusão devem ser baseadas na evolução de conceitos anteriores e nos progressos científicos e tecnológicos, pertinentes à educação geral.

De acordo com Prieto 2006 (apud Fernandes, 2011, p.93):

“A educação inclusiva tem sido caracterizada como um novo “paradigma”, que se constitui pelo apreço à diversidade como condição a ser valorizada, pois é benéfica à escolarização de todas as pessoas, pelo respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem e pela proposição de outras práticas pedagógicas, o que exige ruptura com o instituído na sociedade e, conseqüentemente, nos sistemas de ensino”.

Nesse contexto, prioriza-se a valorização da dimensão humana, da criança cidadã com seus direitos fundamentais e deveres garantidos, desde seus primeiros anos de vida.

Além do fluxo de idéias precursoras, surge em 1990 o movimento em prol da *Sociedade para Todos*, configurando assim a normativa universal que fundamenta a implantação da inclusão. Essa abrangência foi definida no âmbito educacional, em 1994, por meio do conhecido Encontro de Salamanca (Espanha) resultando o documento “*Declaração de Salamanca*”, assinado por diversos países. Tal documento, que marcou época, determina a transformação das instituições educacionais em “Escolas para Todos”, que têm como princípio orientador a *inclusão de todo aluno*, em seu contexto educacional e comunitário.

Os Delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em assembléia em Salamanca, na Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994, reafirmaram o compromisso para com a Educação para todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para crianças, Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 5 – nº 1 - 2014

juvens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e re-endossando a Estrutura de Ação em Educação Especial.

O Programa “Educação para Todos” trata da garantia, para todos os cidadãos, do acesso à escolaridade, ao saber culturalmente construído, ao processo de produção e de difusão do conhecimento e, principalmente, à sua utilização na vivência da cidadania. O cumprimento de tais objetivos requer a existência de sistemas educacionais planejados e organizados para dar conta da diversidade dos alunos, de forma a poder oferecer, a cada um, respostas pedagógicas adequadas às suas peculiaridades individuais, às suas características e necessidades específicas. A Declaração de Salamanca, por sua vez, traz as recomendações referentes aos princípios, à política e à prática de reconhecimento e atenção às necessidades educacionais especiais.

Ao concordar com as recomendações contidas nesses dois importantes documentos, e ao fazer delas seu compromisso, o Brasil sinalizou que estava pronto para promover novo avanço na relação com seus cidadãos com deficiência.

Os pressupostos que fundamentam essa atitude foram de natureza filosófica, ética, política e social, e explicita que todos somos diferentes uns dos outros, o que vem a ser o aspecto central da diversidade que constitui qualquer sociedade; também não há diferença que faça de uma pessoa um cidadão de menor valia: todos são iguais perante a lei. A pessoa com deficiência é cidadã como qualquer outra pessoa e, como tal, tem o direito de receber os serviços de que necessita, sem que, para tanto, necessite permanecer segregada. Assim, tem imediatamente o direito ao acesso e à permanência no ambiente comum, independentemente do tipo de deficiência que tiver e de seu grau de comprometimento. Para que isso aconteça, a sociedade tem de se reajustar de forma a se tornar acolhedora para todos.

Isso deverá acontecer em cada comunidade, em todos os níveis de ação pública, em todos os ambientes, em todas as instâncias.

O paradigma anterior, de “Educação para Todos”, propunha uma visão assistencialista, de educação compensatória e preparatória. Rompendo então com esse pensamento, surge a visão integral do desenvolvimento, na qual o aluno é considerado como uma pessoa autônoma, inserida num determinado contexto sócio, histórico e cultural.

Contempla essa Declaração a necessidade de implementação de uma Pedagogia voltada para a diversidade e necessidades específicas do aluno em diferentes contextos, com a adoção de estratégias pedagógicas diferenciadas que possam beneficiar a todos os alunos.

No que diz respeito ao período da infância, considera a *Inclusão* escolar como alternativa necessária, a ser implementada desde os primeiros anos de vida. Para a efetivação desse modelo, requer a positiva participação da Instituição, da família e também da própria criança, em um esforço conjunto de aprendizagem compartilhada.

Nessa nova perspectiva, a de inclusão, a educação assume as funções: social, cultural e política, garantindo dessa forma, além das necessidades básicas (afetivas, físicas e cognitivas) essenciais ao processo de desenvolvimento e aprendizagem, a construção do conhecimento de forma significativa, por meio das interações que estabelece com o meio. Essa escola promove a oportunidade de convívio com a diversidade e singularidade, a participação de alunos e pais na comunidade de forma aberta, flexível e acolhedora.

Os conceitos de integração e inclusão permeiam o cotidiano escolar: o primeiro compreende o sentido de incorporação gradativa em escolas regulares, podendo o aluno permanecer parte do tempo em escolas ou classes especiais e sala de recursos. O segundo, da inclusão, é definido por um sistema educacional modificado, organizado e estruturado para atender as necessidades específicas, interesses e habilidades de cada aluno. Essa última abordagem requer uma prática pedagógica dinâmica, com currículo que contemple a criança em desenvolvimento, os aspectos de ação mediadora nas inter-relações entre a criança, professores e seus familiares, atendendo às suas especificidades no contexto de convivência.

As orientações apresentadas encontram apoio legal na *Constituição da República Federativa do Brasil/1998*, especialmente no inciso IV do Art.º 208, no Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990 e, principalmente, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (L.D.B), promulgada pela Lei 9.394, de 20/12/96. Desta última extraem-se as seguintes determinações aplicáveis à formulação do presente documento no qual a Educação de alunos com necessidades educacionais especiais, deve ocorrer preferencialmente, na rede regular de ensino (art.58).

Do ponto de vista da política educacional, os presentes delineamentos têm seu fundamento no *Plano Decenal de Educação para Todos* (1993 – 2003) e, como ação pedagógica, encontram respaldo no Plano Nacional de Educação. Lei 10.172, de 09/01/2001. Nas Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica publicada em 11/09/2001, e nas estratégias e conteúdos programáticos contidos no Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (1998).

Em consonância com a fundamentação legal e as diretrizes gerais da educação, o atendimento educacional a alunos com necessidades educacionais especiais. A educação especial é modalidade do sistema educacional que deve ser oferecida e ampliada na rede regular de ensino para educandos com necessidades educacionais especiais. A educação especial tem como objetivo garantir oportunidades sócio-educacionais à criança, promovendo o seu desenvolvimento e aprendizagem, ampliando dessa forma, suas experiências, conhecimento e participação social.

Para tanto, é necessário garantir a avaliação como conjunto de ações que auxiliam o professor a refletir sobre os processos de desenvolvimento e aprendizagem, podendo modificar a sua prática conforme necessidades apresentadas pelas crianças. Modelos qualitativos e contínuos possibilitam organizar e interpretar as informações, obtidas por intermédio dos registros informais do processo de ensino, evidenciando as potencialidades e as habilidades do aluno e considerando as suas necessidades específicas e seus progressos frente às situações educacionais.

Incluir conteúdos básicos referentes aos alunos com necessidades educacionais especiais nos cursos de formação inicial e continuada de professores, entre outros promovidos pelas instituições formadoras, promovendo a capacitação de professores com ênfase no processo de desenvolvimento e aprendizagem, segundo os princípios da inclusão, nas relações construtivas professor-aluno-família, na compreensão da existência de diferentes níveis, ritmos e formas de aprendizagem e na busca de novas situações, procedimentos de ensino e estratégias que promovam o avanço escolar.

A formação de equipe de profissionais das áreas de educação, saúde e assistência social para atuarem de forma transdisciplinar no processo de avaliação e para colaborar na elaboração de projetos, programas e planejamentos educacionais também se fazem necessário.

A família deve ter acesso à informação, ao apoio e à orientação sobre seu filho, participando do processo de desenvolvimento e aprendizagem e da tomada de decisões quanto aos programas e planejamentos educacionais.

O incentivo a participação de pais e profissionais comprometidos com a inclusão nos Conselhos Escolares e Comunitários é um aspecto importante a ser considerado.

3. Educação inclusiva: possibilidades e desafios

A chamada Educação Inclusiva teve início nos Estados Unidos através da Lei Pública 94.142, de 1975.

Por Educação Inclusiva, se entende o processo de inclusão de portadores de necessidades especiais ou de distúrbios de aprendizagem na rede comum de ensino em todos os seus graus, havendo diferenças entre o princípio de normalização e o processo de inclusão:

O *Princípio da Normalização* é a colocação de um indivíduo portador de necessidade especial em uma classe comum, onde o professor não recebe um suporte de um professor na área de educação especial. Os estudantes precisam demonstrar que são capazes de estudar em uma classe comum. Já o *Processo de inclusão* visa ao máximo estender a capacidade da criança portadora de deficiência na escola e na classe regular. Há um suporte de profissionais envolvidos na Educação Especial, sendo um processo constante que precisa ser continuamente revisto.

Para que se possa favorecer a construção de uma escola inclusiva, é necessário valorizar a diversidade como elemento enriquecedor do desenvolvimento pessoal e social, constando nas políticas educacionais marcos legais que favoreçam a educação inclusiva, dos quais haja um direcionamento para a comunidade, no qual o processo educativo seja social, procurando integrar o portador de necessidades especiais e de distúrbios de aprendizagem ao mais próximo do normal, procurando integrar a criança na comunidade.

“A comunidade é o vínculo que une os alunos e os professores de maneira especial, a algo mais importante do que eles próprios: valores e ideais compartilhados. Eleva tanto os professores quanto os alunos a níveis mais elevados de autoconhecimento, compromisso e de desempenho – além do alcance dos fracassos e das dificuldades que enfrentam em suas vidas cotidianas. A comunidade pode ajudar os professores e os alunos a serem transformados de uma coleção de “eus” em um “nós” coletivo, proporcionando-lhes, assim, um sentido singular de identidade, de pertencer ao grupo e à comunidade”. (Sergiovanni – 1994, apud Stainback, p. 51).

Definir a inclusão como um projeto da escola que incorpora a diversidade como eixo central da tomada de decisões, elegendo o currículo comum com as devidas adaptações ou complementações curriculares como referencial para a educação, contando com currículos amplos, equilibrados, flexíveis e abertos, cujos serviços de apoio à disposição da escola, dos professores e dos pais, sejam agentes colaboradores na organização, estruturação do trabalho e reflexão da prática pedagógica, adotando critérios e procedimentos flexíveis de avaliação de desenvolvimento e da aprendizagem da criança. Ressaltando, também a importância da aquisição de equipamentos, recursos específicos e materiais didático-pedagógicos para dar

suporte ao aluno e ao professor e garantir a formação inicial e continuada ao professor, além de subsidiar pesquisas ou inovações educativas.

O processo de Vanguarda em que uma escola inclusiva é líder com relação às demais tem como seu maior objetivo fazer com que haja a integração das crianças que dela fazem parte, tendo altos padrões e fazendo com que a criança atinja seu potencial máximo, no qual o processo deverá ser dosado conforme suas necessidades.

A colaboração e cooperação devem ser privilegiadas das relações sociais, tendo em vista uma rede de auto-ajuda, mudando papéis e responsabilidades em que os professores tornam-se mais próximos dos alunos, captando suas maiores dificuldades e usufruindo de ambientes educacionais flexíveis que devem visar o processo de ensino-aprendizagem. As formas de avaliação devem ser feitas de acordo com as necessidades dos alunos portadores de deficiência.

O estabelecimento de uma infra-estrutura de serviços fará com que aos poucos, o acesso seja facilitado e a escola vá criando uma rede de suporte para superação das maiores dificuldades, estando sempre integrada à comunidade, privilegiando a parceria com os pais, o que é essencial para o processo.

Todos os alunos devem ter acesso a um currículo básico rico em conteúdos, embora as estratégias específicas para facilitar a aprendizagem dos conteúdos precisem ser baseadas em estilos de aprendizagens individuais. Às vezes, o currículo é prescrito pela escola, pelo setor ou pelo departamento de educação; em outras situações, é amplamente determinado e usado apenas como um indicador para os professores. Independentemente da precisão com que o currículo será seguido, para garantir a aprendizagem, o conhecimento e as habilidades refletidos no currículo, devem ser desenvolvidas abordagens de ensino personalizadas ou individualizadas.

“A reforma abrangente da escola envolve dois componentes. O primeiro é uma visão firme da maneira como as escolas poderiam ou deveriam ser. A exigência primordial é conseguir imaginar as escolas de outra maneira – não estratificadas pela capacidade, não – apegadas a um currículo fixo, bem equipadas, com professores inovadores e engajados, bem apoiados. Mas o segundo componente essencial de uma ampla reforma escolar, em oposição a uma inovação do programa ou a alguma improvisação da escola, é uma agenda compartilhada: o entendimento de que o ajuste da escola a algumas crianças deve significar o ajuste da escola para todas as crianças”. (Sapon-Shevin - 1995, p. 70, apud Stainback p. 69).

A avaliação é um componente fundamental dos processos de ensino e aprendizagem. Pode ser definida como a reunião de informações de várias tarefas e de várias fontes com o propósito de se tomar decisões educacionais sobre um aluno. Para isso, os professores

precisam ter dados, isto é, manter uma base de conhecimento abrangente e continua dos inconstantes interesses, das potencialidades e das necessidades de seus alunos.

A avaliação deve ser um aspecto interativo no processo de ensino.

Há muitos tipos de avaliação em uso na educação.

Uma tipologia da categorização das avaliações define a *avaliação formal* como os testes padronizados que são desenvolvidos com procedimentos-padrão específicos de aplicação, pontuação e interpretação, que devem ser seguidos com precisão para a obtenção de resultados confiáveis. A realidade é que as avaliações formais proporcionam poucas informações importantes para o planejamento do ensino.

As *avaliações informais*, embora não sejam padronizadas, são testes cuidadosamente planejados, sistematicamente aplicados e precisamente interpretados, elaborados por professores e destinados a obter informações específicas, úteis na tomada de decisões educacionais. As avaliações informais, devido à sua flexibilidade e conexão com o currículo ensinado em classe, proporciona aos professores uma grande riqueza de informações educacionais.

Um subtipo de avaliação informal é a *avaliação autêntica*, na qual os alunos são solicitados a gerar, ao invés de escolher, uma resposta. É freqüentemente referida como avaliação alternativa ou baseada no desempenho.

A *avaliação baseada no currículo* é outro tipo de avaliação informal que proporciona aos professores dados para a tomada de decisão. Envolve medidas desenvolvidas a partir do currículo escolar que são aplicadas a todos os alunos em um grupo-alvo.

A *avaliação de portfólio*, outro tipo de avaliação autêntica, é um processo em que o conjunto de trabalhos dos alunos é avaliado. Pode incluir amostras de trabalho de vários temas ou várias amostras de trabalho dentro de uma única temática.

Os professores precisam desenvolver um entendimento inicial de cada aluno, assim como dos alunos enquanto grupo. É de importância fundamental assegurar que as avaliações sejam conduzidas nos vários ambientes dos quais o aluno participa.

As capacidades individuais podem e devem ser consideradas à luz das atividades curriculares do grupo de colegas de classe. Criar atividades que abranjam as diferentes capacidades dos alunos e que, ao mesmo tempo, mantenham um contexto de grupo com os membros da turma lidando com objetivos diferentes em momentos diferentes. A inclusão é

um processo cheio de imprevistos, sem fórmulas prontas e que exige aperfeiçoamento constante.

Do ponto de vista pedagógico, é necessário transformar a escola, no que diz respeito ao currículo, à avaliação e, principalmente, às atitudes. Na educação inclusiva, não se espera que a pessoa com deficiência se adapte à escola.

Para isto, algumas orientações são úteis.

Com portadores de *deficiência auditiva*, sempre fale de frente. A escola precisa providenciar um instrutor para a criança que não conhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras), mas cujos pais tenham optado pelo uso dessa forma de comunicação. Esse profissional deve estar disponível para ensinar os professores e as demais crianças. O ideal é ter também fonoaudiólogos disponíveis. É necessário conseguir junto ao médico do estudante informações sobre o funcionamento e a potência do aparelho auditivo que ele usa. Garantir que ele possa ver, do lugar onde estiver sentado, seus lábios. Ou seja, nunca fale de costas para a classe. Solicitar que o estudante repita suas instruções para se certificar de que a proposta foi compreendida. Usar representações gráficas para introduzir conceitos novos e orientar o restante da classe a falar sempre de frente para o deficiente.

Com portadores de *deficiência visual*, a escola deve solicitar à mantenedora o material didático necessário – regletes (régua para escrever em braille) e soroban, além da presença de um profissional para ensinar a criança cega, os colegas e os professores a ler e escrever em braille. O deficiente deve contar com um tratamento oftalmológico e receber, na rede ou em instituições especializadas, instruções sobre mobilidade e locomoção nas ruas. Deve também conhecer e aprender a utilizar ferramentas de comunicação, como sintetizadores de voz que possibilitam ao cego escrever e ler via computador. Em termos de acessibilidade, o ideal é colocar cercados no chão, abaixo dos extintores de incêndio e instalar corrimão nas escadas. Perguntar ao aluno e à família quais são as possibilidades e necessidades dele. A melhor maneira de guiar um cego é oferecer-lhe o braço flexionado, de forma que ele possa segurá-lo pelo cotovelo. Descrever os ambientes com detalhes e não mude os móveis do lugar com frequência. Os recursos didáticos aconselhados são: lupa, livro falado e materiais desportivos como bola de guizo. Buscar na turma colegas dispostos a ajudá-lo. Substituir explicações com gestos por natividades em que o deficiente se movimenta.

Os portadores de deficiência física necessitam da adaptação dos espaços: toda escola precisa eliminar as barreiras arquitetônicas, mesmo que não tenha jovens com deficiências matriculados. As adaptações do edifício incluem: rampas de acesso, instalação de barras de

apoio e alargamento das portas. No caso de haver deficientes físicos nas classes, a modelagem do mobiliário deve levar em conta as características deles. Entre os materiais de apoio pedagógico necessários estão: pranchas ou presilhas para prender o papel na carteira, suporte para lápis, computadores que funcionam por contato na tela e outros recursos tecnológicos. Perguntar ao aluno e à família que tipo de ajuda ele precisa, se tem horário específico para ir ao banheiro, se tem crises e que procedimento adotar se isso ocorrer. Aqueles que andam em cadeira de rodas precisam mudar constantemente de posição para evitar cansaço e desconforto. Informar-se sobre a postura adequada do aluno, tanto em pé quanto sentado, e garantir que ele não fuja dela. Se necessário, fixar as pontas de papel na carteira usando fita adesiva. Os lápis podem ser engrossados com esparadrapo para auxiliá-lo na escrita, caso ele tenha pouca força muscular. Ouvir com paciência quem tem comprometimento da fala e não termine as frases por ele.

Os portadores de deficiência Mental requerem tarefas individuais: geralmente têm dificuldade de operar as idéias de forma abstrata. Como não há um perfil único, é necessário um acompanhamento individual e contínuo, tanto da família como do corpo médico. As deficiências não podem ser medidas e definidas genericamente. Há que levar em conta a situação atual da pessoa, ou seja, a condição que resulta da interação entre as características do indivíduo e as do ambiente. Informar-se sobre as especificidades e os instrumentos adequados para fazer com que o jovem encontre na escola um ambiente agradável, sem discriminação e capaz de proporcionar um aprendizado efetivo, tanto do ponto de vista educativo quanto social. Posicionar o aluno nas primeiras carteiras, de forma que você possa estar sempre atento a ele. Estimular o desenvolvimento de habilidades interpessoais e ensiná-lo a pedir instruções e solicitar ajuda. Tratá-lo de acordo com sua faixa etária. Só adaptar os conteúdos curriculares depois de cuidadosa avaliação de uma equipe de apoio multiprofissional. Avaliar a criança pelo progresso individual e com base em seus talentos e suas habilidades naturais, sem compará-la com a turma.

A educação é uma questão de direitos humanos, e os indivíduos com necessidades especiais devem fazer parte das escolas, as quais devem modificar seu funcionamento para incluir todos os alunos. Educando todos os alunos juntos, os alunos portadores de necessidades especiais têm a oportunidade de prepararem-se para a vida na comunidade. Os professores melhoram suas habilidades profissionais e a sociedade toma a decisão consciente de funcionar de acordo com o valor social da igualdade para todas as pessoas, com os consequentes resultados da melhoria da paz social.

A razão mais importante para o ensino inclusivo é o valor social da igualdade. Ensinamos os alunos através do exemplo de que, apesar das diferenças, todos nós temos direitos iguais. É discriminatório que os alunos com necessidades especiais devam conquistar o direito ou estar preparados para serem incluídos na educação regular. O ensino inclusivo faz sentido e é um direito básico – não é algo que alguém tenha que conquistar.

Nas salas de aula integradas, todas as crianças enriquecem-se por terem a oportunidade de aprender umas com as outras, desenvolvem-se para cuidar umas das outras e conquistam as atitudes, as habilidades e os valores necessários para nossas comunidades apoiarem a inclusão de todos os cidadãos.

Os alunos aprendem a ser sensíveis, a compreender, a respeitar e a crescer confortavelmente com as diferenças e as semelhanças individuais entre seus pares. Todos os alunos, incluindo aqueles com necessidades especiais, precisam de interações professor-aluno e aluno-aluno, que moldem habilidades acadêmicas e sociais.

Quando os professores que estão ansiosos em relação à inclusão de alunos com necessidades especiais identificam seu medo de serem inadequados para tais alunos, ocorre o despertar da consciência da necessidade de novas habilidades no planejamento das aulas e na maneira construtiva de lidar com as diferenças. À medida que a discussão, a resolução de problemas e a prática expandem suas capacidades, os professores passam a enxergar suas salas de aula e sua atuação de novas maneiras que aprofundam a avaliação do propósito do seu trabalho. Por sua vez, um sentido mais profundo desses objetivos pode determinar o cenário ideal para uma maior expansão de sua consciência e um maior desenvolvimento das suas habilidades.

Por meio de uma consciência expandida da resolução cotidiana dos problemas e da resolução dos conflitos, o sistema escolar pode ser adaptado para tornar mais fácil o que se pretende realizar.

O que está em questão no ensino inclusivo não é se os alunos devem ou não receber, de pessoal especializado e de pedagogos qualificados, experiências educacionais apropriadas, ferramentas e técnicas especializadas das quais necessitam. A questão está em oferecer a esses alunos os serviços de que necessitam, mas em ambientes integrados, e em proporcionar aos professores atualização de suas habilidades.

Os professores devem ter a oportunidade de planejar e conduzir a educação como parte de uma equipe. A colaboração e a consulta aos colegas ajudam os professores a melhorar suas habilidades profissionais.

Quando os professores tomam conhecimento dos progressos na educação, conseguem antecipar as mudanças e participam do planejamento da vida escolar diária.

A construção de uma escola inclusiva depende de todos os profissionais envolvidos no processo e da comunidade na qual está inserida. É um trabalho muito difícil, porém é uma questão que não pode ser isolada da realidade.

4. Considerações Finais

A Educação Inclusiva propõe que todas as pessoas sejam matriculadas na escola regular, quebrando-se o paradigma de um atendimento diferenciado dos demais.

Implica em reconhecer, questionar e quebrar preconceitos, estimulando generosidade, acolhimento e respeito. A escola, nesse processo, deve enfrentar o desafio de conseguir que todos os alunos tenham acesso à educação básica, respeitando as diferenças culturais, sociais e individuais.

Para os profissionais atuarem numa escola inclusiva, é necessário que haja a compreensão dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais, respeitando-os nas suas diferenças e reconhecendo-os como pessoas que têm limitações, mas que também possuem pontos fortes. Além disso, deve-se assegurar a acessibilidade aos alunos mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas e na edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliário – e nos transportes escolares, bem como barreiras nas comunicações.

O planejamento da ação educativa deve ser participativo, envolvendo os professores especializados e os da classe regular. A ação educativa deve ser redirecionada, estimulando os professores especializados a participar de todo o planejamento em suas fases de elaboração e avaliação juntamente com os professores de ensino regular. Os professores da classe regular precisam entender que seus alunos desenvolvem meios diferentes de aprendizagem. Assim é necessária uma renovação pedagógica que contemple os alunos na diversidade.

As escolas devem estar providas dos recursos humanos e materiais necessários, ampliando o compromisso político com a educação inclusiva, por meio de estratégias de comunicação e de atividades comunitárias.

Nem todas as escolas estão providas de recursos humanos e materiais, porém a educação inclusiva vai além de apenas garantir espaços adequados para todos. Ela fortalece as atitudes e a aceitação das diferenças individuais e a valorização da diversidade humana, enfatizando a importância da convivência, da cooperação e da contribuição de todos os indivíduos para a construção de uma vida comunitária mais justa e satisfatória.

A formação dos professores para o ensino na diversidade e o trabalho em grupo é essencial para a efetivação da inclusão. Assim, é necessário que os professores desenvolvam certas competências e cabe aos cursos de formação elaborar diretrizes para essa formação.

É fato, portanto, que a formação inicial tem que ser melhorada, pois os educadores não têm conhecimentos para trabalhar com o aluno de hoje. O currículo da formação dos professores em momento algum, refere-se à inclusão. É difícil para os professores exigirem e desenvolverem atitudes que eles mesmos não têm.

A escola frente à educação inclusiva deve modificar sua estrutura no âmbito político, administrativo e pedagógico, para que contemple as diferenças e proponha ações e adaptações para uma prática pedagógica eficiente.

A educação, com sua força de transformação, deve contemplar mecanismos que transformem a sociedade de modo que seus sistemas sejam adaptados para acolher de maneira digna, todos os seus membros, com todas as suas diferenças e valorizando a contribuição que cada um tem a oferecer.

A educação inclusiva apresenta um desafio à escola e à comunidade envolvida. Devemos acreditar nas diferenças como enriquecimento mútuo em todos os momentos do processo educativo.

Compreender o mundo que nos rodeia é importante. Nesse contexto, a educação deve contribuir para o desenvolvimento total da criança. Para tanto, é preciso saber colocar em prática os conhecimentos.

Uma das tarefas essenciais da educação é a responsabilidade por um mundo mais solidário, visto que todos os profissionais envolvidos aprendam a respeitar e trabalhar com a diversidade.

Dentro da escola nossa tarefa é educativa. Devemos incluir a criança no mundo do conhecimento.

A inclusão não implica que se desenvolva um ensino individualizado para os alunos que apresentam déficits intelectuais, problemas de aprendizagem e outros, relacionados ao desempenho escolar.

É uma ilusão pensar que o professor consegue predeterminar a extensão e a profundidade dos conteúdos a serem construídos pelos alunos, ou facilitar as atividades para alguns, por prever a dificuldade que possa encontrar para realizá-las.

Mesmo com todas as dificuldades encontradas, cabe ao professor fazer com que a aprendizagem torne-se mais significativa para a criança, observando e registrando suas ações e seu desenvolvimento, trabalhando para que essas situações significativas sejam melhoradas. Também é importante repensar no que não deu certo, procurando novas soluções.

O caminho ideal para a construção da educação para todos é o modelo de inclusão, pois é no conjunto da diversidade humana que cada um poderá cumprir seus deveres de cidadão e, ao mesmo tempo, beneficiar-se dos seus direitos.

Referências Bibliográficas

Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e prática em Educação Especial (Biblioteca Virtual de Direitos Humanos) USP, 15 de abril 2003. <http://www.direitoshumanos.usp.br/documentos/tratados/deficientes/declaração_salamanca.htm> Acesso em 13 de outubro de 2004.

FERNANDES, SUELI. **Fundamentos para educação especial**. Ibpex, 2ª ed. Curitiba, 2011

MRECH, LENY MAGALHÃES – **O que é educação inclusiva**. (USP). Disponível em: <http://www.inclusão.com.br/projetos_textos_23htm> Acesso em: 13 de out. 2004.

BRASIL. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Ministério da Educação, 2001 p. 11, 13, 14, 16, 20 e 22.

REVISTA NOVA ESCOLA. **A inclusão que dá certo**. Arthur Guimarães, set.2003. Abril. p.44 e 45.

STAINBACK, SUSAN; STAINBACK, WILLIAM. **Inclusão: Um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.